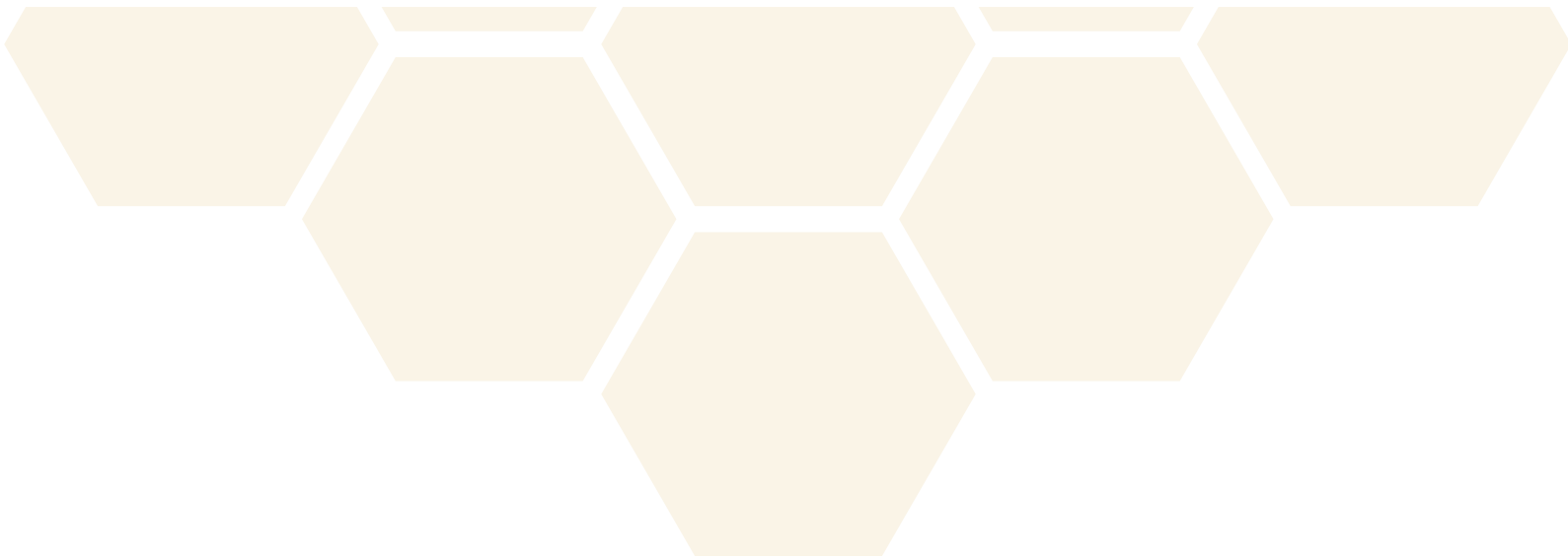




**PLANO  
ESTRATÉGICO  
2021-2026**

**Revisão 2025**





**PLANO ESTRATÉGICO 2021-2026**

**Primeira Revisão  
2025**

Disponível para download no site: <https://www.tjac.jus.br/adm/gestao-estrategica/>

## **ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

Presidente

Desembargadora Laudivon Nogueira

Vice-Presidente

Desembargador Regina Ferrari

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Nonato Maia

Juízes Auxiliares da Presidência

Dra. Louise Kristina Lopes de Oliveira Santana

Dr. Giordane de Souza Dourado

Dra. Zenice Mota Cardozo

**TRIBUNAL PLENO**

**Des. Laudivon Nogueira**

**Des. Samoel Evangelista**

**Des. Roberto Barros**

**Des.<sup>a</sup> Denise Bonfim**

**Des. Francisco Djalma**

**Des.<sup>a</sup> Waldirene Cordeiro**

**Des.<sup>a</sup> Regina Ferrari**

**Des. Júnior Alberto**

**Des. Elcio Mendes**

**Des. Luís Camolez**

**Des. Nonato Maia**

**Des. Lois Arruda**

**COMITÊ GESTOR DO PLANEJAMENTO E DA ESTRATÉGIA**

Portaria nº 1.408 de 31 de março de 2025

Desembargador Laudivon Nogueira - Presidente Desembargador Nonato Maia –

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Luis Camolez - Diretor da Escola do Poder Judiciário

Desembargador Roberto Barros

Desembargador Júnior Alberto – Membro

juiz de direito Giordane de Souza Dourado

juíza de direito Zenice Mota Cardozo

Secretário de Governança e Gestão Estratégica Hélio Oliveira de Carvalho

## **SECRETARIAS**

**Secretaria de Governança e Gestão Estratégica – SEGOV – Hélio Oliveira de Carvalho**

**Secretaria de Logística e Gestão Administrativa – SELGA – Larissa Montilha**

**Secretaria Judiciária – SEJUD – Denizi Reges Gorzoni**

**Secretaria de Gestão Orçamentária e Finanças – SEGOF – Jacikley C.**

Ribeiro Queiroz Costa

**Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGEP – Nassara Pires**

**Secretaria de Comunicação Social – SECOM – Andrea Laina Coelho**

Zilio

**Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC –**

Elson Correia de Oliveira Neto

**Secretaria de Infraestrutura e Atendimento ao Usuário – SEINF – Ana**

Paula Viana de Lima Carrilho

**LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS**

ABRAZ	Associação Brasileira de Alzheimer
ACAPEV	Associação Cristã de Apoio a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade
ASCONTAC	Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do Estado do Acre
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CADES	Central de Articulação de Entidades de Saúde
CDDHEP	Centro de Defesa de Direitos Humanos e Educação Popular
CER Negro	Centro de Referência do Negro
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COICA	Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUFA	Central Única de Favelas
CUT	Central Única de Trabalhador@s
DIGES	Diretoria de Gestão Estratégica
DILOG	Diretoria de Logística
ESJUD	Escola do Poder Judiciário
FAMAC	Federação das Associações de Moradores do Acre
FEPHAC	Federação do Povo Huni Kui do Estado do Acre
FETACRE	Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FOFA	Fortaleza, Oportunidades, Fragilidades, Ameaças
GMF	Grupo de Monitoramento e Fiscalização
IAD	Índice de Atendimento à Demanda
IAJ	Índice de Acesso à Justiça
ICT	Índice de condições de trabalho
IDOB	Índice de dotações para despesas obrigatórias
IDS	Índice de Desempenho de Sustentabilidade
IEDD	Índice de execução das dotações para despesas discricionárias
IEP	Índice de execução das dotações para projetos
iGOV	Índice de Governança
iGovTIC-JUD	Governança de TIC para o Poder Judiciário
IPCJus	Índice de Produtividade Comparada da Justiça
IRDR	Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas
LOA	Lei Orçamentária Anual
MATPHA	Manxinerine Tsihi Pukte Hajene
MNU	Movimento Negro Unificado do Acre
MPAC	Ministério Público do Acre
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NUEGE	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
OAB/AC	Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OPIAC	Organização dos professores indígenas do estado do Acre
PDCA	Planejar, Desenvolver, Checar, Ajustar
PE	Planejamento Estratégico
PETIC	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PGE/AC	Procuradoria-Geral do Estado do Acre
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PLS	Plano de Logística Sustentável
PRQV	Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho
RAE	Relatórios de Análise da Estratégia
SASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Rio Branco
SIPEAC	Sindicato dos Psicólogos do Estado do Acre

SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TJAC	Tribunal de Justiça do Estado do Acre
UFAC	Universidade Federal do Acre


## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa Estratégico – Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.....	22
Figura 2. Desenho esquemático do processo de construção do Planejamento Estratégico do Judiciário Acreano, organizado em fases.....	27
Figura 3. Datas dos eventos com público interno e externo para construção do cenário do TJAC ..	27
Figura 4. Ciclo PDCA - Planejar, Desenvolver, Checar e Ajustar .....	28
Figura 5. Grau de cumprimento do Plano Estratégico 2015-2020 por perspectivas.....	29
Figura 6. Representação da amostra dos servidores do TJAC consultada para formação de cenário .	30
Figura 7. Análise SWOT/FOFA do TJAC.....	36
Figura 8. Mapa Estratégico do Poder Judiciário Acreano 2021-2026. ....	38

---

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Instituições da Sociedade Civil que participaram do processo de construção do cenário ambiental do TJAC.....	31
Tabela 2. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Sociedade, desejados para o período 2021-2026. ....	39
Tabela 3. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Processos Internos, desejados para o período 2021-2026. ....	39
Tabela 4. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Aprendizado e Crescimento, desejados para o período 2021-2026.....	40
Tabela 5. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Sustentabilidade Financeira, desejados para o período 2021-2026.....	41



# SUMÁRIO

1.	HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	14
2.	A CONJUNTURA NACIONAL – OPÇÃO METODOLÓGICA.....	16
3.	MISSÃO, VISÃO E VALORES INSTITUCIONAIS .....	18
31	Missão.....	18
32	VISÃO .....	18
33	Valores Institucionais .....	18
4.	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO .....	19
5.	PLANEJAMENTO: O PASSO ESSENCIAL PARA OS RESULTADOS DESEJADOS ...	20
6.	APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO .....	28
7.	MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO ACREANO.....	32
8.	MAPA ESTRATÉGICO DO PJAC.....	33
9.	OBJETIVOS E RESULTADOS .....	34
10.	A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E OS RESULTADOS.....	37
11.	PLANO DE METAS, INDICADORES.....	40
111	Perspectiva da Sociedade.....	40
112	Perspectiva dos Processos Internos .....	41
113	Perspectiva do Aprendizado e Crescimento .....	44
114	Perspectiva da Sustentabilidade Financeira .....	45
12.	PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ATUAÇÃO OPERACIONAL ....	46
13.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....	52

# Mensagem

O Poder Judiciário exerce um papel fundamental e catalisador de um Estado promotor da cidadania e regulador de direitos, com essa perspectiva, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que os tribunais do país elaboraram seus planejamentos estratégicos com horizonte temporal de seis anos (2021-2026). O propósito visa a fortalecer a atuação do judiciário em todos os Estados e, conseqüentemente, no país.

Importa lembrar que planejar é a melhor forma de definir e alcançar os objetivos. O planejamento orienta o que deve ser feito, quando e como, assim afirmam vários especialistas. Por isso, é importante que aqueles que irão executá-lo, tenham pleno conhecimento da Missão, dos Valores e dos objetivos e metas da Instituição.

Cumprimos o papel de lembrar que a elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre foi realizada de 'forma ativa', utilizando processos de escuta, tanto do público interno quanto de representantes da sociedade e das instituições operadoras do direito. Os resultados obtidos traduzem sonhos e compromissos, com atendimento à sociedade em consonância com a Constituição Federal.

É de se destacar, a motivação e compromisso de todos os envolvidos neste processo, em busca de se construir de forma coletiva um Plano que seja exequível e de fácil compreensão. Este documento que ora apresentamos como produto, é muito mais que um 'Plano' que cumpre a exigência institucional; ele apresenta um sentido e uma direção compatível com a **visão, missão e objetivos organizacionais**, que estão alinhados às orientações do CNJ, ultrapassando o horizonte de uma gestão. Os resultados propostos estão além de intenções, representam efetivamente o compromisso constitucional do poder judiciário em atuar nas suas diversas instâncias e esferas, primando pela efetivação da justiça e do direito fundamental do cidadão acreano.

Desembargadora Waldirene Cordeiro  
Presidente do TJAC 2021-2023

# 1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O CNJ instituiu, por meio da Resolução nº 70 de 18 de março de 2009, o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e estabeleceu que todo o Judiciário deverá elaborar o seu próprio planejamento alinhado ao Plano Estratégico Nacional, com abrangência mínima de 5 (cinco) anos, bem como, utilizar a metodologia do Balanced Scorecard (BSC) para auxiliar no monitoramento do progresso da instituição rumo à sua visão de futuro, a partir da tradução da estratégia em objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos, garantindo uma estratégia efetiva.

A partir desta diretriz do CNJ, o TJAC definiu sua missão e sua visão de futuro de “ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de magistrados e servidores motivados, capacitados e valorizados”. A estratégia para o alcance dessa visão de futuro e cumprimento da missão foi definida a partir de 16 objetivos estratégicos; 47 indicadores; 47 metas a serem cumpridas; e 128 projetos estratégicos. O Plano Estratégico 2010-2014 foi elaborado com o apoio da consultora EPM EXPERTS, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e contou com a participação de membros do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Em 1º de julho de 2014, por meio da Resolução nº 198, o CNJ instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015-2020. Os tribunais alinharam seus Planos Estratégicos 2015-2020 aos Macrodesafios definidos pelo CNJ. Sendo assim, o processo de Planejamento Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário Acreano trouxe mais rigor metodológico, e seguiu com o alinhamento aos Macrodesafios definidos pelo CNJ e foi aprimorado com base nas lições aprendidas durante o ciclo 2010-2014. O horizonte temporal deste 2º ciclo, teve o prazo de 6 (seis) anos.

No ciclo encerrado em 2020, o TJAC definiu a visão de futuro de “ser reconhecido até 2020 pela agilidade e qualidade na prestação de serviços judiciários e sociais no Estado do Acre”. Para tanto, a Instituição concebeu sua caminhada de forma articulada ao cumprimento dos objetivos do Poder Judiciário Nacional, a partir de 14 objetivos estratégicos; 39 metas; 39 indicadores; e 14 projetos estratégicos. A execução do Projeto de Revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário Acreano ocorreu com a participação das unidades administrativas e judiciárias e o apoio metodológico da consultoria 3GEN Gestão Estratégica.

Em 2020, o CNJ revisou e instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, por meio da Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020, devendo, portanto, os demais órgãos do Poder Judiciário alinhar seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional, atendendo aos seguintes aspectos: ter horizonte temporal de 6 (seis) anos (2021-2026); observar os Macrodesafios e Diretrizes da Estratégia Nacional; incorporar os indicadores de desempenho e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), quando couber, e ainda, contribuir para o alcance das Metas Nacionais do Poder Judiciário, assim como Metas Específicas.

O 3º ciclo de planejamento do Poder Judiciário Acreano, além de considerar todos os parâmetros e diretrizes estabelecidos pelo CNJ, deve sopesar as mudanças estruturais, econômicas e sociais, amplificadas pela Pandemia da Covid-19 que interferiu sobremaneira na conjuntura. Diante desse quadro, a Presidência toma a decisão de elaborar o Planejamento Estratégico pela própria equipe da Casa, com participação ativa dos magistrados e magistradas; servidores e servidoras; e colaboradores e colaboradoras, garantindo ainda, a contribuição da sociedade, mantendo os padrões e protocolos sanitários de segurança. Dentre os fatores que motivaram a decisão da Presidência em realizar o planejamento pela equipe da Instituição, destacam-se: a capacidade do corpo técnico e a situação orçamentária/financeira do TJAC, de modo a otimizar recursos.

Sendo assim, além de contar com o conhecimento e comprometimento de todos servidores e servidoras para superação destas dificuldades, foi necessário ainda, considerar e suplantar as interferências internas e externas à administração pública, como: o cenário financeiro, os processos de trabalho, a busca de permanente desenvolvimento institucional, as necessidades e os anseios da sociedade. Além de que, um planejamento elaborado pelos próprios funcionários e funcionárias será mais assertivo, pois será elaborado por pessoas que conhecem os problemas locais, conferindo mais transparência ao processo, contribuindo para que a gestão estratégica do Judiciário do Estado do Acre tenha como base uma cultura institucional de planejamento.

Em 2025, foi realizada a primeira revisão do Planejamento Estratégico Institucional, com a inclusão de um objetivo relacionado a inclusão digital e respectivos indicadores, bem como a suspensão dos objetivos relacionados a pandemia de 2019.

## 2. A CONJUNTURA NACIONAL – OPÇÃO METODOLÓGICA

Durante o período de construção da metodologia, foi necessário estruturar técnicas que permitissem garantir a participação e envolvimento das pessoas e dos segmentos que integram o Sistema de Justiça, sem promover aglomeração e contato físico. Fato gerado em decorrência das interferências externas ocasionadas pela Pandemia de Covid-19, que gerou impactos negativos à situação sanitária do país e, conseqüentemente, do Estado.

No entanto, a conjuntura alterou o formato, mas não mudou o conceito e o conteúdo. Nesse sentido, conforme as resoluções do CNJ e as orientações estratégicas previstas para o desempenho e desenvolvimento da proposta do Planejamento Estratégico, foram observados os Macrodesafios apontados no Planejamento Estratégico Nacional (Figura 1), como forma de garantir a integração da política, tendo como fio condutor a missão nacional: Realizar justiça.

Além da articulação nacional com o sistema, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), materializados na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), é fonte balizadora para as ações desenvolvidas pelo TJ. O objetivo principal desta agenda se destaca em:

Contribuir para os aspectos de sustentabilidade ambiental, social e de governança.

A execução da agenda segue as normas locais, adaptando suas ações aos objetivos globais, para a promoção de políticas e relações sociais de trabalho baseadas nos valores que fortaleçam os direitos, para inclusão, proteção, com foco na redução da criminalidade, respeito às diversidades e aos direitos humanos; apontando para o engajamento dos servidores, com capacitação para o trabalho e fortalecimento das relações sociais e institucionais.



Figura 1. Mapa Estratégico – Estratégia Nacional do Poder Judiciário Nacional 2021-2026.

### **3. MISSÃO, VISÃO E VALORES INSTITUCIONAIS**

#### **3.1 Missão**

Garantir justiça para a paz social.

#### **3.2 VISÃO**

Ser reconhecido até 2026, como instituição que dialoga e presta serviços efetivos, ágeis e de qualidade aos jurisdicionados.

#### **3.3 Valores Institucionais**

Justiça, Celeridade, Honestidade, Ética, Independência, Eficiência e Efetividade, Respeito, Transparência, Compromis- so, Moralidade, Responsabilidade Social e Ambiental.

## 4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Dada a importância das resoluções, dos planos de ações com seus respectivos programas e projetos já elaborados, foram consideradas as propostas neles existentes como referência e complementação ao Planejamento Estratégico 2021-2026, a saber:

- Resolução CNJ nº 325 de 29 de junho de 2020;
- Agenda 2030 no Poder Judiciário – CNJ – ODS;
- Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre 2015-2020; Plano de Gestão do Tribunal de Justiça do Acre Biênio 2021-2023;
- Plano Inicial da Corregedoria-Geral da Justiça TJAC Biênio 2021-2023;
- Plano de Gestão da Escola do Poder Judiciários (ESJUD) 2021-2023;
- Plano de Ação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas 2020-2022;
- Plano de Implantação, difusão e expansão da Justiça Restaurativa do TJAC 2020-2022;
- Plano de Gestão da Coordenadoria da Infância e Juventude 2019-2021;
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) 2015-2020;
- Plano de Logística Sustentável (PSL) 2020.

## **5. PLANEJAMENTO: O PASSO ESSENCIAL PARA OS RESULTADOS DESEJADOS**

A metodologia utilizada para o planejamento estratégico contemplou etapas que possibilitaram a formulação de estratégias, com apontamentos e definição de objetivos, projetos e ações alinhadas à missão Institucional. Todas as ações estratégicas propostas devem ser monitoradas através de indicadores de desempenho.

Para obter resultados satisfatórios no processo de construção do planejamento, foram necessários o envolvimento e a participação da comunidade institucional e social a quem se destina: gestores, servidores, colaboradores e atores externos pertencentes ao universo jurídico e representantes da sociedade civil. Este formato permitiu que os objetivos fossem delineados e articulados com as ações estratégicas propostas. Implicou, portanto, observar o ambiente interno, as perspectivas sociais e as condições estruturais.

Conjugar interesses internos, anseios sociais e os elementos estruturantes facilitou o alcance da identificação de resultados alinhados aos objetivos finalísticos.

Importa dizer que: todos os passos para tecer um planejamento e gerar mudanças necessárias, iniciam com o encontro entre pessoas. Nesse sentido, a atuação no ambiente aceita diferenças, mas deve primar pela convergência de ideias. Neste sentido, o somatório de esforços e intenções são dirigidos com foco nos resultados esperados.

Assim, esta ferramenta de gestão será aplicada no ambiente organizacional, mediante a análise dos atores internos e externos. Por concepção, significa buscar o balanço entre os espaços nas seguintes perspectivas:

**DA SOCIEDADE** - intenciona os resultados, orienta as ações para efetivar os seus anseios de acordo com o ambiente.

**DOS PROCESSOS INTERNOS** - analisa e atua no ambiente, identifica os pontos críticos e fortalece os pontos fortes, a fim de facilitar a atuação interna para a concretização dos objetivos.

**DA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO** - identifica os sistemas e as pessoas como potencial para a melhoria e qualidade da atuação institucional.

**DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA** - gestão com foco no equilíbrio de receitas e despesas, com o objetivo de sustentar a organização.

A proposta metodológica, do ponto de vista normativo, foi definida, conforme as diretrizes do CNJ, em atendimento especial à resolução nº 325 de 29/06/2020 que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026, que está resumida, em fases, na figura a seguir (Figura 2). O cronograma de realização das reuniões e oficinas componentes destas fases está resumido no quadro de datas de realização dos eventos para elaboração do PE (Figura 3):

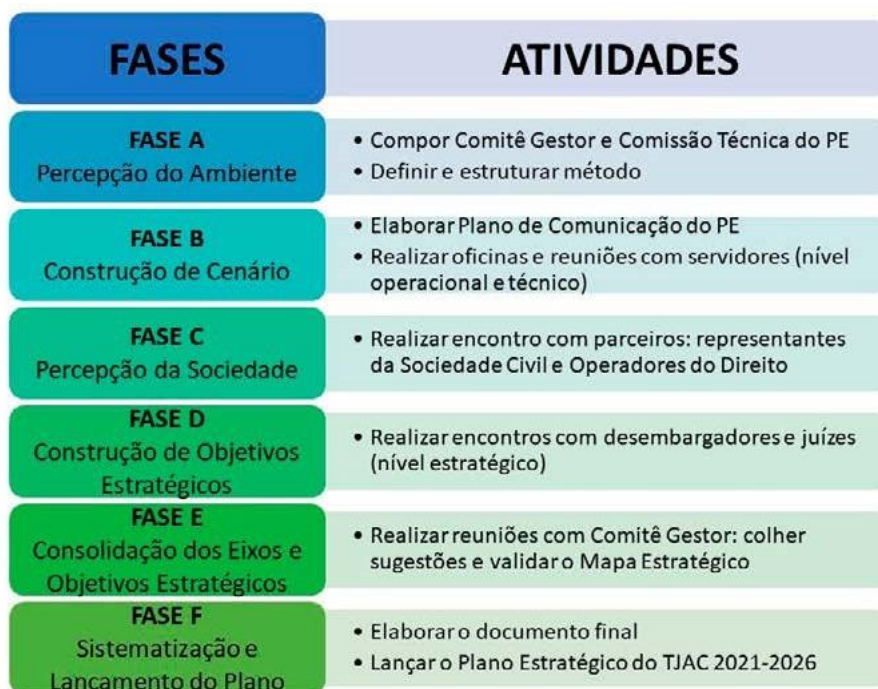


Figura 2. Desenho esquemático do processo de construção do Planejamento Estratégico do Judiciário Acreano, organizado em fases.

DATA	EVENTO
03/02	• Reunião com Diretores
09/03	• Oficina com Gerentes
18/03	• Reunião com Magistrados
19/03	• Reunião com representantes de Sindicatos
22/03	• Reunião com Gerentes
25/03	• Oficina com Diretores de Secretaria
30/03	• Oficina com Supervisores Administrativos
31/03	• Reunião com Assessores Judiciários 1º Grau
16/04	• Reunião com a Sociedade Civil
20/04	• Reunião com Operadores do Direito
23/04	• Reunião com Desembargadores
27/04	• Reunião com Juízes

Figura 3. Datas dos eventos com público interno e externo para construção do cenário do TJAC.

Do ponto de vista da gestão, seguiu aos compromissos expressos no Plano de Gestão 2021–2023, que assumiu a responsabilidade de efetivar a construção do Planejamento Estratégico para o Poder Judiciário do Estado do Acre em consonância com o Plano do CNJ. Por orientação, foram observados os eixos da Agenda 2030 – ODS, que essencialmente primam pela respoabilidade social e ambiental; além desta articulação de propósitos, foi observado o acúmulo de experiências do Tribunal de Justiça do Acre, na formatação de outros planos. Por isso, o planejamento do sexênio anterior serviu como memória e referência para atual proposta.

## METODOLOGIA EM FASES

A construção do Planejamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre foi baseada em processo participativo observando as orientações do BSC (Balanced Scorecard) e complementações advindas de experiências do planejamento situacional. O BSC propõe uma metodologia que visa medir o desempenho. Foi desenvolvida em 1992, por Kaplan e Norton, que se preocupam em traduzir a visão e a estratégia da organização em um conjunto articulado de medidas de desempenho que expressem os objetivos frente aos seus desafios (Kaplan e Norton, 1997).

A proposta apresenta uma visão da organização por meio de levantamento de informações de cenários associados às metas conforme a realidade da instituição, o procedimento deve seguir ao Desenho Lógico do Planejamento, Ciclo PDCA (Planejar, Desenvolver, Checar e Ajustar) (Figura 4):

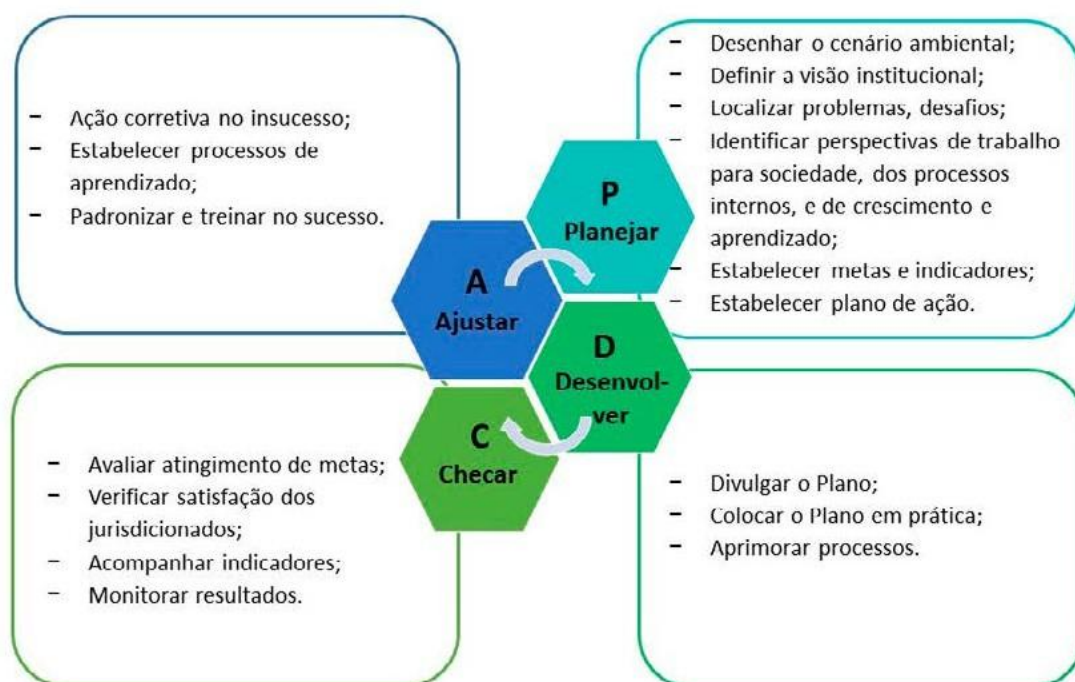


Figura 4. Ciclo PDCA - Planejar, Desenvolver, Checar e Ajustar.

## FASE A - PERCEPÇÃO DO AMBIENTE

Com a intenção inicial de garantir a maior e melhor participação possível para o processo de organização do Planejamento Estratégico, foram realizadas 03 (três) reuniões de nívelamento com magistrados, diretores e gerentes, para socializar a proposta metodológica e sensibilizar a participação de todos os setores. Além de constituir uma equipe técnica de trabalho.

## FASE B - CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO

Nesta fase, foram realizadas 10 (dez) reuniões em formato de oficinas oficiais, com magistrados, diretores, gerentes, assessores, servidores, colaboradores e com representantes da sociedade (órgãos de justiça e da sociedade civil). Com a colaboração dos referidos segmentos foi possível a leitura e identificação das condições básicas da Instituição. Por elas foram depuradas as referências do ambiente institucional (interno e externo), produzindo elementos para a matriz de SWOT, onde se incorporaram os sentimentos e os aspectos identitários locais.

Estes eventos foram organizados pelos membros da Comissão técnica, responsável pela busca de subsídios para a elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 (Portaria PRESI nº 703 de 09 de março de 2021 que, durante os encontros, apresentou e resgatou elementos estruturantes do planejamento do sexênio antecedente, haja vista que a Instituição se constitui de várias ações desenvolvidas nos períodos anteriores, destacando os objetivos, indicadores, metas projetadas até 2020, e os resultados alcançados até janeiro de 2021, conforme consta na figura a seguir (Figura 5).

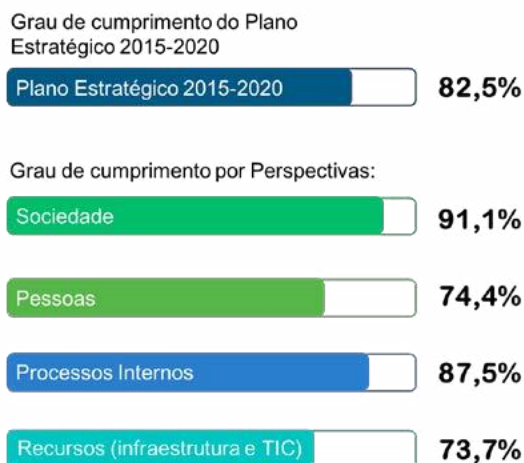


Figura 5. Grau de cumprimento do Plano Estratégico 2015-2020 por perspectivas.

Ainda nesta Fase, foram realizadas atividades de escuta ambiental, através de questionários virtuais, que objetivavam conhecer a percepção e avaliação do ambiente, identificar fragilidades, sonhos e ainda, receber sugestões dos participantes. Tais informações foram cruzadas com as propostas, sugestões e avaliações oriundas dos eventos anteriores.

Durante a formação do cenário ambiental, 02 (dois) aspectos chamaram a atenção, por serem apontados em todos os eventos realizados, e ainda devido à quantidade de vezes que foram mencionados: a **comunicação**, tanto a interna, entre a equipe e a alta gestão, como a comunicação com a sociedade de uma forma geral; e a **relação entre o que é planejado e o executado**. O que significa pontos que necessitam de atenção especial da gestão institucional.

O processo de construção do cenário, contou com a participação direta de 733 servidores e colaboradores, envolvendo profissionais que trabalham nas Comarcas do Interior e na Sede. Com essa metodologia foi possível prospectar as diferenças e semelhanças entre os olhares nos que diz respeito à estrutura, organização e procedimentos institucionais, além dos aspectos multidimensionais trazidos pela realidade da região amazônica.

## NÚMEROS ENVOLVIDOS

Durante o processo, contou-se com 733 servidores, validando a metodologia proposta. A quantidade de pessoas consultadas foi estatisticamente relevante. A amostra ouvida teve grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 3% para um universo de 2.109 servidores: 65 magistrados e 2.044 servidores (Justiça em Números, 2020), representou 35% dos servidores do TJAC. Os servidores foram ouvidos durante a realização de 10 oficinas e reuniões e ainda, por meio de questionários virtuais (formulário Google). 365 servidores participaram dos encontros e outros 368 técnicos responderam ao questionário virtual (Figura 6).

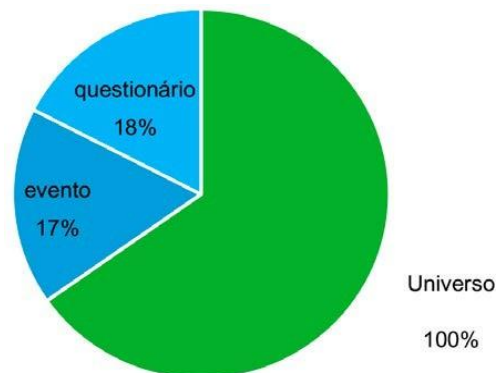


Figura 6. Representação da amostra dos servidores do TJAC consultada para formação de cenário.

## FASE C – PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE

Atendendo ao que se preconiza as resoluções do CNJ e cumprindo com a proposta de gestão do TJ Acre, foram organizados 2 (dois) momentos de escuta da sociedade, instituições parceiras e órgãos operadores de direito. Estes eventos, além de promoverem e produzirem avaliações e contribuições para a Instituição, serviram como meio de aproximação institucional.

### SOCIEDADE CIVIL

Participaram desta fase 27 (vinte e sete) instituições representantes da sociedade civil: pastoral carcerária, mulheres, negros, juventude, povos indígenas, religiosos, deficientes, idosos, crianças e adolescentes, sindicalistas, produtores rurais, associações de moradores, comunidade e pesquisadores acadêmicos. O encontro com a sociedade civil organizada, (Tabela 1) realizado de forma virtual, foi considerado, pelos participantes, como um importante marco de diálogo entre o Tribunal de Justiça e a Sociedade.

Tabela 1. Instituições da Sociedade Civil que participaram do processo de construção do cenário ambiental do TJAC.

ENTIDADE	
1	Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAZ
2	Associação Cristã de Apoio a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade - ACAPEV
3	Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do Estado do Acre - ASCONTAC
4	Associação Mulheres Negras do Acre
5	Central de Articulação de Entidades de Saúde - CADES
6	Central Única de Trabalhador@s – CUT Acre
7	Centro de Defesa de Direitos Humanos e Educação Popular - CDDHEP
8	Centro de Referência do Negro – CER Negro

9	Conselho Tutelar de Cruzeiro do Sul
10	Conselho Tutelar de Plácido de Castro
11	Conselho Tutelar de Rio Branco
12	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
13	Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - COICA
14	Federação das Associações de Moradores do Acre – FAMAC
15	Federação do Povo Huni Kui do Estado do Acre – FEPHAC
16	Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre – Fetacre
17	Fórum Permanente de Educação Étnico-racial do Estado do Acre
18	Instituto Ecumênico do Acre
19	Manxinerine Tsihi Pukte Hajene - MATPHA
20	Movimento Negro Unificado do Acre - MNU
21	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI da Universidade Federal do Acre – UFAC / Rede MulherAções / Ouvidoria
22	Organização dos professores indígenas do estado do Acre - OPIAC
23	Pastoral Carcerária
24	Pastoral da Criança
25	Pastoral da Juventude e agente voluntário da Comissão Pastoral da Terra - CPT
26	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Rio Branco – SASDH
27	Sindicato dos Psicólogos do Estado do Acre - SIPEAC

## OPERADORES DO DIREITO

O Sistema de Justiça do Estado do Acre foi representado por 6 (seis) instituições: Ministério Público do Acre (MPAC), Ordem dos Advogados do Brasil/AC (OAB/AC), Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE/AC), Polícia Civil, 2 Procuradorias-Gerais dos Municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

## FASE D – CONSTRUÇÃO DOS MACRODESAFIOS E FORMULAÇÃO DE RESULTADOS E OBJETIVOS

Consistiu na leitura técnica das contribuições dos magistrados, diretores e servidores, realizadas nas fases anteriores. O conteúdo foi sistematizado em propostas de macrodesafios e perspectivas de resultados desejados. Devidamente construídos a partir do diagnóstico (percepção de cenários), comparados com as diretrizes do CNJ e orientações dos ODS. Nestas reuniões foram definidas e sistematizadas as propostas de ações estratégicas em consonância com os resultados desejados para a Instituição.

## FASE E - CONSOLIDAÇÃO DOS EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Considerando os cenários, macrodesafios, resultados e propostas, foi elaborada a minuta final do Planejamento Estratégico, momento em que foi revista a proposição da Missão, Visão e Valores, como aspectos fundamentais à instituição, referencial norteador da execução do Planejamento Estratégico.

## FASE F – SISTEMATIZAÇÃO E LANÇAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

O documento foi sistematizado pela Comissão de Estudos para Elaboração do Planejamento Estratégico 2021/2026 (Portaria nº 703/2021) e submetido ao Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Acre (Portaria nº 1.230/2021), o qual foi discutido e validado, sendo posteriormente aprovado pelo Pleno do TJAC.

## 6. APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO

A identificação do cenário é condição básica para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico Institucional de uma organização. Dada a esta premissa, deve ser considerado que:

*O Planejamento Estratégico é proveniente de interesse institucional, incorporado pela autoridade de Gestão. O seu início se dá a partir de processos de análises dos ambientes da organização institucional, considerando as diferentes perspectivas, pois é por elas que se definem as diretrizes para atuação institucional. Compreende-se que assim é possível definir percursos, coordenar as ações externas e internas, desenhar e tomar decisões frente aos desafios que possam comprometer o desempenho institucional. Isto é focar no futuro.<sup>1</sup>*

Desta forma, as percepções e orientações, advindas de forma representativa e direta, dos gestores e servidores do TJAC. Materializam pensamentos e sonhos; contribuem com a organização de processos e procedimentos. No PE constam as propostas de ações que serão executadas para o alcance dos Objetivos e Metas organizacionais em prazo pré-estabelecido, neste caso, dentro de um horizonte temporal de 6 anos, que compreende o período 2021-2026.

Com base no conceito apresentado e seguindo aos procedimentos metodológicos do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre, foram realizadas 12 (doze) oficinas/reuniões, ver prancha de *prints* dos encontros (Anexo 1), cujos trabalhos foram conduzidos por meio de perguntas orientadoras, todas as programações dos eventos seguiram o mesmo roteiro, cujas perguntas foram adaptadas, conforme o público participante (Anexo 2), sendo:

- a) Eventos internos: 10 encontros com servidores e colaboradores;
- b) Eventos externos: 2 encontros: 1 com a sociedade civil organizada (27 instituições) e 1 encontro com operadores do direito - Sistema de Justiça (6 instituições);

Para além destes universos, foi realizado processo de consulta com servidores, por

<sup>1</sup> Entendimento extraído em: MULLER, Cláudio, UFRS – 2003.

meio de questionário virtual (Formulário Google), que contou com a colaboração de 368 servidores. As respostas obtidas também foram sistematizadas para efeito da produção da matriz de cenário e proposições de ações:

## ANÁLISE DE CENÁRIO

Importa observar os rumos sugeridos pelas análises realizadas, resumida na Matriz SWOT/FOFA, incluída abaixo (Figura 7), que além de consolidar o contexto, reforça o compromisso institucional do Tribunal voltado, essencialmente, às pessoas, com destaque aos jurisdicionados, base central da missão; aos magistrados, servidores e colaboradores, que são os operadores que garantem o funcionamento e operacionalização das ações.

Afinado a esta percepção, destaca-se todas as diretrizes apresentadas nas resoluções do CNJ. Trata-se especialmente em atender com **eficiência e celeridade** aos jurisdicionados, atento à realidade social e política, em análise às intercorrências e interferências do ponto de vista externo, que apontam riscos que podem comprometer o desempenho do trabalho, tais como: aumento da demanda, instabilidade financeira do país, crise sanitária gerada pelo Covid-19, desconhecimento do público e da missão institucional. Estas questões apontam para as possibilidades de comprometimentos dos resultados, o que requer observação e boa governança sobre os **processos internos** (fluxos e outras denominações), organização e condução dos procedimentos organizativos da instituição e reestudo da estrutura institucional. Tendo em vista que tais cuidados, as análises e proposições corroboram com a qualidade e efetividade dos resultados, tanto na **governança administrativa** como na **judiciária**, haja vista, que esse procedimento contribui para ampliar a capacidade de **julgar** e reduzir o **tempo de espera** dos processos.

A análise se aprofunda, ainda, em elementos que podem ser denominados como estruturantes para o desempenho: **gestão orçamentária e financeira**, que numa perspectiva de futuro (de médio prazo), poderá ser comprometida, consequência da conjuntura econômica do país.

As observações feitas durante as oficinas e por meio dos documentos encaminhados, mostram que, em decorrência das interferências, devem ser evidenciadas, como prioridade, ações que assegurem a imagem e o bom funcionamento da Instituição, de forma a evitar quaisquer retrocessos. Tais como: elaboração de projetos, fortalecimento de parcerias, captação de recursos externos e **relações sociais e institucionais** voltadas às atividades corporativas, articuladas com outros órgãos e segmentos.

Complementa-se a essa proposição, a necessidade estrutural de investimento em **equipamentos e políticas de tecnologias da informação**, visando a segurança do aparelho público e sua equanimidade com os demais setores da **sociedade e órgãos da justiça**. Pareado a esta ideia, está o zelo com os **jurisdicionados e servidores**, que necessitam de **estrutura física adequada** ao atendimento, com conforto e segurança e **proteções sanitárias**; priorizando adequação dos espaços físicos (sedes e comarcas mais vulneráveis), com a devida **atenção regional**.

As preocupações do ponto de vista interno apontam para a necessidade de manter uma política de **qualificação e valorização de todo o quadro de pessoal**, como estratégia de fortalecimento da atuação local, além de promover estudos, para médio e longo prazo, sobre o perfil de servidores e quadro de competências instaladas no TJAC. Além da recomposição dos quadros (magistrados e servidores), diante da possível defasagem e insuficiência desta estrutura, frente ao crescimento da violência e a fragilização de outras políticas públicas.

Neste contexto, é reconhecida positivamente a capacidade estrutural e intelectual instalada à Escola do Poder Judiciário (ESJUD), como referência para a valorização e qualificação dos quadros técnicos administrativos e jurídicos. O que remete afirmar que a capacitação deve ser permanente e intencional para contribuir com situações diversas vinculadas à função do servidor.

O cenário aponta para a necessidade de investimento na **política de comunicação** interna e externa como meio de garantir a informação, ampliar os conhecimentos sobre o papel e atuação, além de melhorar e fortalecer a **imagem institucional**. Para tanto, é importante a revisão das estratégias comunicativas adotadas.

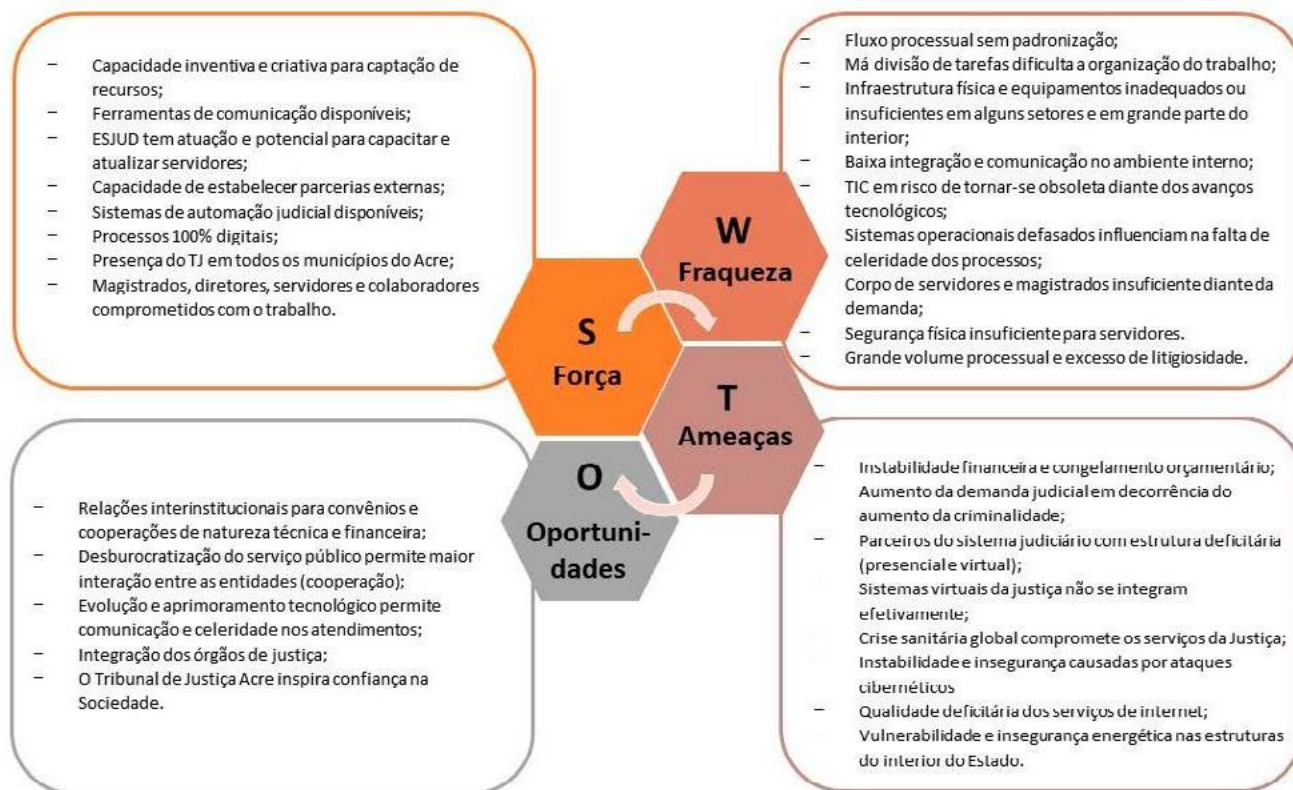


Figura 7. Análise SWOT/FOFA do TJAC.

## 7. MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO ACREANO

Após análise das escutas promovidas pelos diferentes instrumentos (oficinas, encontros e reuniões virtuais - internas e externas), foi possível promover uma síntese do ambiente institucional que, em conformidade com os problemas identificados, apontou para os seguintes **macrodesafios**:

- i. Garantir direitos aos jurisdicionados;
- ii. Assegurar o Acesso à Justiça por meio da Inclusão e Acessibilidade Digital
- iii. Fomentar a mediação de conflitos e reduzir litígios;
- iv. Fortalecer relações institucionais;
- v. Estabelecer rotinas de boas práticas e melhoria contínua em processos e procedimentos internos;
- vi. Reestruturar política de comunicação institucional e estratégica ao alcance da sociedade e do público interno;
- vii. Garantir celeridade e efetividade nos julgamentos processuais;
- viii. Aprimorar a Governança Judiciária;
- ix. Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal;
- x. Promover políticas e práticas de sustentabilidade ambiental;
- xi. Capacitar e valorizar servidores e colaboradores;
- xii. Fortalecer a gestão de TIC;
- ~~xiii. Definir estratégia institucional para o pós-pandemia; Descontinuado~~
- xiv. Assegurar o acesso à justiça por meio da inclusão e acessibilidade digital universal
- xv. Ampliar e diversificar fontes de recursos orçamentários e financeiros;
- xvi. Otimizar recursos orçamentários e financeiros;
- xvii. Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à capital.

## 8. MAPA ESTRATÉGICO DO PJAC



Figura 8. Mapa Estratégico do Poder Judiciário Acreano 2021-2026.

## 9. OBJETIVOS E RESULTADOS

Os objetivos e os respectivos resultados desejados para os próximos seis anos foram gerados observando o cenário e macrodesafios identificados (Tabelas 2, 3, 4 e 5).

Tabela 2. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Sociedade, desejados para o período 2021-2026.

SOCIEDADE			
MACRO-DESAFIOS	1. Garantir direitos aos jurisdicionados	2. Fomentar a mediação de conflitos e reduzir litígios	3. Fortalecer relações institucionais  <b>4. assegurar o acesso à justiça por meio da inclusão e acessibilidade digital universal</b>
OBJETIVOS	1. Levar serviços de acesso à justiça para população mais vulnerável	2. Ampliar a resolutividade do TJAC de forma consensual	3. Aproximar e efetivar relações institucionais para prestação de serviços Melhorar a transparência e prestação de contas.
RESULTADOS	1.1. Maior entendimento da missão institucional;  1.2. Resolutividade das ações processuais;  1.3. Direitos garantidos.	2.1. Sociedade reconhece e confia na Justiça do Acre;  2.2. Política de mediação de conflito é referência institucional;  2.3. Reduzida a entrada de processos judiciais;  2.4. Participação de instituições e sociedade em procedimentos extrajudiciais.	3.1. Parcerias institucionais efetivadas com a Sociedade e Órgãos do Sistema Judiciário;  3.2. Programas e projetos executados junto à sociedade e parceiros do sistema judiciário e governos (instituições) locais.

Tabela 3. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Processos Internos, desejados para o período 2021-2026.

PROCESSOS INTERNOS						
MACRO-DESAFIOS	5. Estabelecer rotinas de boas práticas e melhoria contínua em processos e procedimentos internos	6. Reestruturar política de comunicação institucional e estratégica ao alcance da sociedade e do público interno	7. Garantir celeridade e efetividade nos julgamentos processuais	8. Aprimorar a Governança Judiciária	9. Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal	10. Potencializar gestão judiciária para atuação nas áreas finalísticas

OBJETIVOS	4. Reestruturar procedimentos e redefinir fluxos dos processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas	5. Difundir o papel institucional e informar sobre pautas judiciais de interesse público	6. Ampliar o número de processos julgados, reduzindo passivo processual da Instituição	7. Potencializar o processo de inovação à governança judiciária	8. Construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social, com redução da taxa de encarceramento	9. Consolidar projetos para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na instituição
RESULTADOS	4.1. Procedimentos internos bem definidos melhoram a produtividade e facilitam os atos administrativos e operacionais;  4.2. Organização interna de fluxos tem caráter mais assertivo;  4.3. Processos internos dinâmicos e menos burocráticos	5.1. Estratégia de comunicação é executada na sociedade;  5.2. TJ é reconhecido na sua missão institucional;  5.3. Sociedade mais envolvida e informada sobre o papel do TJ.	6.1. Celeridade e efetividade na prestação de serviços de forma efetiva;  6.2. Sistema de precedentes obrigatórios contribui com a celeridade;  6.3. Precedentes obrigatórios são utilizados, fortalecendo decisões judiciais.	7.1. Ações socioeducativas ampliadas e fortalecidas.	8.1. Redução de reincidência;  8.2. Diminuição da taxa de encarceramento.	9.1. Gestão comprometida com a boa prática ambiental;  9.2. TJ reduz custos de manutenção com práticas de sustentabilidade;  9.3. Melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho;  9.4. Uso racional de recursos.

Tabela 4. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Aprendizado e Crescimento, desejados para o período 2021-2026.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO			
MACRO-DESAFIOS	11. Capacitar e valorizar servidores e colaboradores	12. Fortalecer a gestão de TIC	12. Elaborar proposta de organização e funcionamento pós-pandemia
OBJETIVOS	10. Redefinir política de valorização profissional e de competência técnica	11. Definir e executar projetos estratégicos de TIC no TJ conforme resoluções do CNJ	12. Elaborar proposta de organização e funcionamento pós-pandemia

<b>RESULTADOS</b>	<p>10.1. Política de valorização profissional contribui com o bom desempenho dos servidores;</p> <p>10.2. Servidores mais qualificados, executam boas práticas de gestão;</p> <p>10.3. Mapa de competência definido para gestão.</p>	<p>11.1. Estrutura de TIC modernizada, com segurança no sistema de dados;</p> <p>11.2. Servidores preparados para uso de novas ferramentas de gestão (PJe e outros).</p>	<p>12.1. Instituição estruturada para funcionamento virtual;</p> <p>12.2. Eficiência operacional e adequação à nova realidade sanitária.</p>
-------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 5. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Sustentabilidade Financeira, desejados para o período 2021-2026.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA			
<b>MACRO-DESAFIOS</b>	13. Ampliar e diversificar fontes de recursos orçamentários e financeiros	14. Otimizar recursos orçamentários e financeiros	15. Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à capital
<b>OBJETIVOS</b>	13. Desenvolver estudos e propostas para melhoria da arrecadação	14. Reduzir custos operacionais da Instituição	15. Oferecer segurança e qualidade às estruturas de funcionamento do TJAC
<b>RESULTADOS</b>	<p>13.1. Ampliada a captação de recursos, por fontes internas e externas.</p>	<p>14.1. Plano de Otimização de Recursos Financeiros elaborado e implantado;</p> <p>14.2. Estrutura de atendimento e funcionamento do TJ adequada à realidade econômica, sanitária e social.</p>	<p>15.1. Estrutura atende com melhor qualidade aos jurisdicionados, magistrados e servidores;</p> <p>15.2. Programa permanente de reformas e manutenções preventivas implantado</p>

## 10. A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E OS RESULTADOS

Todo o processo a ser desenvolvido deve ser acompanhado e avaliado durante o seu percurso. Esta atitude gerencial garante o desempenho operacional das atividades, facilita a execução tornando atividades complexas em atitudes simples, pois o replanejamento das atividades é feito de forma dinâmica durante o processo. Necessita, porém da avaliação e acompanhamento dos resultados das atividades.

O Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre necessita de acompanhamento da execução do Planejamento, com produção e divulgação de informações, no intuito de aperfeiçoar a implementação de suas ações, ampliando a quantidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

O TJAC conta com as seguintes instâncias de acompanhamento do PE 2021-2026: Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Acre - instância decisória; a Corregedoria-Geral da Justiça (COGER) – instância de fiscalização e corregência; a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOV) – instância executiva; e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NUEGE) – instância de assessoramento.

Após sua elaboração, deve acontecer a implementação e o monitoramento do Planejamento, que deve envolver outras áreas, tais como: gerenciamento de projetos, setor de organização de fluxos e outros setores pertinentes, com vistas a otimização de processos de trabalho, produção e análise de dados estatísticos, seguindo os parâmetros da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

As unidades das áreas jurisdicionais e administrativas do TJAC deverão atuar de forma colaborativa para a sistematização das informações de suas competências vinculadas ao Plano Estratégico.

Orienta-se para que sejam realizadas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), quadrimestralmente, com o objetivo de avaliar e acompanhar os resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho do PE. Assim como deverá ser divulgado até o final do primeiro trimestre do ano subsequente, o Relatório Anual de Desempenho do TJAC.

Os dados e informações produzidos devem ser publicados no portal eletrônico, assim como o Plano Estratégico e respectivos resultados (Resolução CNJ nº 325/2020), e se darão por meio:

- Análise dos indicadores de desempenho da Estratégia do Judiciário;

- Análise dos resultados das Metas Nacionais e Metas Específicas da Justiça;
- Verificação da realização de programas, projetos e ações e dos seus respectivos indicadores de desempenho e Metas Nacionais.



Cabe estabelecer processos articulados entre o Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Acre, a COGER, a SEGOV e o NUEGE, que terão funções específicas e complementares para o cumprimento das ações e monitoramento deste Plano. A função do referido Comitê é acompanhar a execução do Planejamento Estratégico 2021-2026, definindo suas diretrizes e princípios de ação. É função da COGER a supervisão e fiscalização dos serviços judiciários e extrajudiciais constantes no PE.



Reafirma-se que a função da SEGOV é acompanhar, monitorar, controlar, revisar e reorganizar as diversas ações do planejamento de forma permanente, atentando para o desempenho e organização das atividades. Caberá ao NUEGE subsidiar a SEGOV com análises estatísticas produzidas a partir das ações de caráter local e das diretrizes nacionais, como também, ao Comitê Gestor e à COGER em seus processos decisórios, quando requisitado.



# PLANO DE METAS E INDICADORES



## 11. PLANO DE METAS, INDICADORES

### 11.1 Perspectiva da Sociedade


<b>MACRODE-SAFIO</b>	<b>1. GARANTIR DIREITOS AOS JURISDIONADOS 2. ASSEGURAR O ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DIGITAL</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>Levar serviços de acesso à justiça para população mais vulnerável</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>Resolutividade das ações processuais</b>
<b>META</b>	Ampliar o número de pessoas atendidas em ações sociais em 2% ao ano
<b>INDICADOR</b>	- Índice de Acesso à Justiça – Geral (IAJ) => descontinuado - Índice de Conformidade em Acessibilidade Digital - Percentual de Servidores Capacitados em Acessibilidade Digital - Índice de Satisfação de Usuários com Deficiência
<b>ODS</b>	 



<b>MACRODE-SAFIO</b>	<b>3. FOMENTAR A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E REDUZIR LITÍGIOS</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>Ampliar a resolutividade do TJAC de forma consensual</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>Política de mediação de conflitos é referência institucional</b>
<b>META</b>	Ampliar em 1% ao ano, o número de conciliações. Início da série 12,14%
<b>INDICADOR</b>	Índice de conciliação
<b>ODS</b>	 
<b>FÓRMULA</b>	$(\text{Total de sentenças homologatórias de acordo} / \text{total de sentenças}) * 100$

<b>MACRODE-SAFIO</b>	<b>4. FORTALECER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>Aproximar e efetivar relações institucionais para prestação de serviços</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>Programas e projetos executados junto à sociedade e parceiros do sistema judiciário e governos/instituições</b>
<b>META</b>	Ter, no mínimo, 50% das respostas considerando os serviços prestados pelo TJAC como ótimo e/ou bom.
<b>INDICADOR</b>	- Pesquisa de avaliação do poder Judiciário
<b>ODS</b>	 




<b>MACRODESAFIO</b>	<b>5. FORTALECER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS</b>
<b>OBJETIVO</b>	Melhorar a transparência e prestação de contas.
<b>RESULTADO</b>	Confiança estabelecida através dos princípios de publicidade e prestação de contas.
<b>META</b>	Obter no mínimo 95% na avaliação dos requisitos do ranking
<b>INDICADOR</b>	Índice de Transparência
<b>FÓRMULA</b>	Avaliação do ranking da transparência do CNJ
<b>ODS</b>	 






## 11.2 Perspectiva dos Processos Internos

<b>MACRODESAFIO</b>	<b>6. ESTABELECEMOS ROTINAS DE BOAS PRÁTICAS E MELHORIA CONTÍNUA EM PROCESSOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS</b>
<b>OBJETIVO</b>	Reestruturar procedimentos e redefinir fluxos dos processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas
<b>RESULTADO</b>	Procedimentos internos bem definidos melhoram a produtividade e facilitam os atos administrativos e operacionais
<b>META</b>	- Revisar os fluxos e manuais dos processos de trabalho, até junho de 2026 - Revisar a estrutura organizacional, até 2025;
<b>INDICADOR</b>	- Índice de processos de trabalho revisados
<b>FÓRMULA</b>	- Número de processos mapeados/número de processos revisados * 100
<b>ODS</b>	






<b>MACRODESAFIO</b>	<b>7. GARANTIR CELERIDADE E EFETIVIDADE NOS JULGAMENTOS PROCESSUAIS</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>Ampliar o número de processos julgados, reduzindo passivo processual da Instituição</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>Celeridade e efetividade na prestação de serviços</b>
<b>META</b>	Reduzir o tempo médio de tramitação de processos em 10%
<b>INDICADOR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Índice de atendimento a demanda no 1º grau;</li> <li>- Índice de atendimento a demanda no 2º grau;</li> <li>- Taxa de Congestionamento líquida - TCL – Global;</li> <li>- Índice de Atendimento à Demanda Geral (IAD)</li> <li>- Tempo médio de Pendente Líquido</li> <li>- Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos incidentes de (IRDR)</li> </ul>
<b>FÓRMULA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Total de processos baixados no período / casos novos no período * 100</li> <li>- Total de baixados 2º grau / casos novos 2º grau * 100</li> <li>- total de casos pendentes – casos pendentes de execução fiscal no 1º grau – total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório) / (total de processos baixados – total de processos baixados de execução fiscal no 1º grau) + total de casos pendentes – casos pendentes de execução fiscal no 1º grau – total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.</li> <li>- IAD = Processos/procedimentos baixados / casos novos</li> </ul> $TpCPLm = TpCP2st + TpCPC1st + TpCPCJEst + TpCPTRst - TpRG2st - TpRG1st - TpRGJEst - TpRGTRst - TpRR2st - TpRR1st - TpRRJEst - TpRRTRst / TpCP2p + TpCPC1p + TpCPCJE, + TpCPTRp$
<b>ODS</b>	 


<b>MACRODESAFIO</b>	<b>8. APRIMORAR A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>Potencializar o processo de inovação à governança judiciária</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>Aperfeiçoamento das práticas processuais e judiciais</b>
<b>META</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar, o Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade em 5,0% até o ano de 2026. Base 2020 = 60,9%</li> <li>- Alcançar, a cada ano, o patamar mínimo de 70% no IPC-JUS</li> </ul>
<b>INDICADOR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos 'Governança' e Qualidade da Informação</li> <li>- Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)</li> </ul>
<b>FÓRMULA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ((soma da pontuação alcançada nos eixos “governança” e “dados e tecnologia”) / (soma da pontuação máxima nos eixos “governança e “dados e tecnologia”)) * 100</li> <li>- - - Apuração realizada pelo CNJ</li> </ul>

<b>MACRODESAFIO</b>	<b>9. APERFEIÇOAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>Construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social, com redução da taxa de encarceramento</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>Ações socioeducativas ampliadas e fortalecidas</b>
<b>META</b>	Monitorar 100% dos presídios do estado do Acre
<b>INDICADOR</b>	- Taxa de encarceramento
<b>FÓRMULA</b>	- Presídios do Acre monitorados por visitas periódicas estabelecidas.
<b>ODS</b>	  

<b>MACRODESAFIO</b>	<b>10. PROMOVER POLÍTICAS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>Consolidar projetos para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na instituição</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>TJ reduz custos de manutenção através de práticas de sustentabilidade</b>
<b>META</b>	Manter-se entre as 3 melhores posições dentre os Tribunais de Justiça Estaduais no ranking do IDS.
<b>INDICADOR</b>	Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)
	Conforme requisitos Socioambiental do Poder Judiciário avaliado pelo CNJ
<b>ODS</b>	    


## 11.3 Perspectiva do Aprendizado e Crescimento


<b>MACRODE-SAFIO</b>	<b>11. CAPACITAR E VALORIZAR SERVIDORES E COLABORADORES</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>Redefinir política de valorização profissional e de competência técnica</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>Política de valorização profissional contribui com o bom desempenho dos servidores</b>
<b>METAS</b>	- Estruturar e implantar o Programa de Avaliação e Desenvolvimento de Competências até 2022; - Desenvolver o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
<b>INDICADOR</b>	- Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV) - Índice de Absenteísmo
<b>ODS</b>	  
<b>RESULTADO</b>	<b>10.2. Servidores mais qualificados, executam boas práticas de gestão</b>
<b>META</b>	Fortalecer o programa de capacitação profissional (Plano de Gestão da ESJUD), com revisão a cada 2 anos
<b>INDICADOR</b>	- Índice de capacitação de magistrados - Índice de capacitação de servidores - Índice de condições de trabalho (satisfação interna)
<b>ODS</b>	 

<b>MACRODE-SAFIO</b>	<b>12. FORTALECER A GESTÃO DE TIC</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>Definir e executar projetos estratégicos de TIC no TJ, conforme resoluções do CNJ</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>Estrutura de TIC modernizada, com segurança no sistema</b>
<b>META</b>	- Modernizar a estrutura física de TI em 70% até 2026; - Implantar programas eletrônicos conforme orientações do CNJ - Classificar-se, a cada ano, entre os 10 primeiros TJ Estaduais no iGovTIC-JUD.
<b>INDICADOR</b>	- Índice de Governança de TIC para o Poder Judiciário (iGovTIC-JUD) - Índice de serviços disponibilizados de forma virtual para pelo TJAC - Percentual de sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ
<b>ODS</b>	

**Objetivo descontinuado:** Definir estratégias de atuação institucional para o pós-pandemia

## 114 Perspectiva da Sustentabilidade Financeira

<b>MACRODE-SAFIO</b>	<b>13. AMPLIAR E DIVERSIFICAR FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS</b> <b>14. OTIMIZAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS</b>
<b>OBJETIVO</b>	Desenvolver estudos e propostas para melhoria da arrecadação
<b>RESULTADO</b>	Ampliada a captação de recursos, por fontes internas e externas
<b>META</b>	Ampliar a arrecadação em 2%, ao ano
<b>INDICADOR</b>	- Índice de execução das dotações para despesas discricionárias (IEDD) - Índice de execução das dotações para projetos (IEP)
<b>ODS</b>	
<b>FÓRMULA</b>	- (montante empenhado de dotações para despesas discricionárias / dotação atualizada para despesas discricionárias) * 100 (montante empenhado de dotações para projetos / dotação atualizada para despesas com projetos) * 100

<b>MACRODE-SAFIO</b>	<b>15. ASSEGURAR INFRAESTRUTURA ADEQUADA AO INTERIOR E À CAPITAL</b>
<b>OBJETIVO</b>	Oferecer segurança e qualidade às estruturas de funcionamento do TJAC
<b>RESULTADO</b>	Estrutura atende com melhor qualidade aos jurisdicionados, magistrados e servidores
<b>META</b>	Atender as demandas de reformas e manutenções em 100% até 2026, a partir das prioridades estabelecidas
<b>INDICADOR</b>	- Índice de execução do Plano de Obras - Percentual de Comarcas atendidas por postos avançados e escritórios unificados
<b>ODS</b>	

Os resultados dos Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico podem ser acessados no endereço: <https://www.tjac.jus.br/adm/gestao-estrategica/>

## 12. PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ATUAÇÃO OPERACIONAL

PERPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	UNIDADES COORDENADORAS
SOCIEDADE	1. Levar serviços de acesso à justiça para população mais vulnerável e	- Elaborar e executar plano/projetos sociais para educação e garantia dos direitos;	GAPRE COGER CEJUSC CIJ COMSIV NUPEMEC ESJUD SEGOV SECOM SELGA NUEGE
	2. Ampliar a resolutividade do TJAC de forma consensual	Aprimorar Comitê de Diversidade Social: - Estruturação de Observatório Social da Justiça do Acre;	
	3. Assegurar o Acesso à Justiça por meio da Inclusão e Acessibilidade Digital	- Fortalecer Projetos de Justiça Itinerante; - Fortalecer e implementar projetos de enfrentamento à violência contra a mulher e idosos;	
	4. Aproximar e efetivar relações institucionais para prestação de serviços	- Fortalecer e implementar projetos de justiça à criança e juventude: Executar ações de acompanhamento pós-pena de medida socioeducativa; - Fortalecimento das redes de proteção (mulher, criança e outras).	

PERPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	UNIDADES COORDENADORAS
PROCESSOS INTERNOS	5. Reestruturar procedimentos e redefinir fluxos dos processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas	Reestruturar e fortalecer políticas/equipes de mediação de conflitos; Fortalecer ações da justiça restaurativa; Desenvolver e aprimorar ações de alternativas penais; Fortalecer e executar projeto para produção de conhecimento e formação continuada:	GAPRE COGER ESJUD SEGOV SECOM SEJUD SELGA SEGEV SEINF SETIC NUEGE
	6. Difundir o papel institucional e informar sobre pautas judiciais de interesse público	- Formação e difusão de conhecimentos, para a atuação em práticas da Justiça Restaurativa e para sua multiplicação; - Realização de articulações interinstitucionais, intersetoriais, multi/interdisciplinares e comunitárias, apoiando a utilização do enfoque e das práticas restaurativas no âmbito de políticas e serviços a cargo do poder executivo, notadamente nas áreas de segurança, assistência social, educação e saúde;	
	7. Ampliar o número de processos julgados, reduzindo passivo processual da Instituição	Reestruturar estratégia de comunicação e relação institucional junto à sociedade; Estruturar sistema de precedentes obrigatórios; Reestudar estratégia de fluxos e procedimentos;	
	8. Potencializar o processo de inovação à governança judiciária	Reestruturar a organização de atendimento da instituição; Desenvolver e Executar projetos de modernização, conforme estratégia nacional de TIC; Instalar PJe e outros instrumentos; Implantar justiça 4.0;	
	9. Construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social, com redução da taxa de encarceramento	Fortalecer sistema de proteção dos dados institucionais.	
	10. Consolidar projetos para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na instituição		

PERPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	UNIDADES COORDENADORAS
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	11. Redefinir política de valorização profissional e de competência técnica	<p>Executar projetos de sustentabilidade ambiental: - Instalar sistema de reaproveitamento de água pluvial; - Desenvolver projeto de energia fotovoltaica; - Fortalecer projetos de educação ambiental na gestão;</p> <p>Reestruturar política de valorização dos magistrados e servidores: - Executar programa/plano de formação inicial e continuada para juízes leigos, conciliadores, mediadores, estagiários e demais colaboradores, nos termos das legislações vigentes; - Desenvolver mapa de competência institucional; - Criar grupo de estudo e reestruturação do PCCR; - Fortalecer projeto de humanização institucional; - Realizar estudos de viabilidade de reorganização do quadro de servidores;</p> <p>Executar projetos de capacitação profissional de servidores e Magistrados junto à ESJUD;</p> <p>Definir estratégia de ampliação do quadro de estrutura de pessoal para TIC;</p> <p><del>Organizar plano de ação para pós-pandemia.</del></p>	<p>GAPRE COGER ESJUD SEGOV SEGOV SELGA SEGEP SETIC SEINF NUEGE</p>
	12. Definir e executar projetos estratégicos de TIC no TJ conforme resoluções do CNJ		
	<del>12. Elaborar proposta de organização e funcionamento pós-pandemia</del>		

PERPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	UNIDADES COORDENADORAS
SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	13. Desenvolver estudos e propostas para melhoria da arrecadação	<p>Estruturar portfólio de projetos para captação de recursos;</p> <p>Estruturar estratégia para fortalecimento de aumento da arrecadação própria;</p> <p>Criar e implantar grupo de estudos para otimização dos recursos;</p> <p>Fortalecer projeto de logística para manutenção e reforma dos equipamentos públicos;</p> <p>Desenvolver processo de reorganização da estrutura para aperfeiçoar o atendimento.</p>	<p>GAPRE COGER SEGOV SEGOV SEGEP</p>
	14. Reduzir custos operacionais da Instituição		
	15. Oferecer segurança e qualidade às estruturas de funcionamento do TJAC		

## 11.1. PORTIFÓLIO DE PROJETOS

ID	Título do Projeto	Descrição do Projeto (Objeto)	Ano Criação	ODS	Alinhamento Estratégico	Unidade gestora
1	Projeto Entre Elas	Ações voltadas ao empoderamento feminino e apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade e violência doméstica. Entre Elas - promoção de um espaço reflexivo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que realizaram pedido de renúncia.	2024	ODS 5	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
2	Apadrinhamento de Adolescentes	Programa Apadrinhamento Solidário que conecta padrinhos a crianças e adolescentes em acolhimento.	2021	ODS 10	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
3	Calçando as Sandálias da Esperança	Implantação de uma Fábrica de Confecção de Chinelos no Complexo Penitenciário de Rio Branco.	2023	ODS 1	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
4	Projeto Radioativo	Capacitação profissional e inclusão no mercado de trabalho para adolescentes em medidas socioeducativas.	2019	ODS 8	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
5	Pedalando Novos Tempos	Curso de mecânica de bicicletas e cidadania para reintegração social de jovens do sistema socioeducativo.	2023	ODS 8	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
6	Cidadania e Justiça na Escola	Ciclo de palestras e atividades lúdicas em escolas públicas sobre direitos e deveres.	2012	ODS 4, 16	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
7	Projeto Cidadão	Mutirões de atendimento em comunidades para emissão de documentos e assistência jurídica.	1995	ODS 16	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
8	ECA na Comunidade	Ações educativas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para prevenir atos infracionais.	1990	ODS 16	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
9	PIDJUS	Pontos de Inclusão Digital da Justiça visa facilitar o acesso de excluídos digitais, por meio da expansão de hubs de acesso para os portais e balcões virtuais consistindo em uma sala ou espaço em um órgão público, devidamente equipado. O projeto é executado em parcerias com os demais órgãos do sistema de justiça.	2023	ODS 10, 16	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Secretaria de Governança - SEGOV
10	Projeto Pop Rua Jud	Mutirões de atendimento especializado à população em situação de rua.	2022	ODS 1, 16	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
11	Projeto Infância Literária	Incentivo à leitura para crianças e adolescentes em situação de acolhimento ou vulnerabilidade.	2021	ODS 4	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Infância e Juventude - COINJ
12	Conscientização pela Paz no Lar	Palestras em escolas para conscientizar estudantes sobre a prevenção da violência doméstica.	2023	ODS 5, 16	Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal	Coord. da - COCIV
13	Prog. Audiência Pública - permanente	Programa de rádio semanal para levar informações sobre direitos e serviços da Justiça.	2000	ODS 16	Reestruturar a Política de Comunicação Institucional	Coord. Programas Sociais - COAPS
14	Registre-se	Semana nacional para erradicação do sub-registro civil e ampliação do acesso à documentação.	2023	ODS 16	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
15	Um Novo Olhar	Atenção a pessoas em cumprimento de pena em situação de rua, promovendo cidadania.	2023	ODS 16	Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal	Coord. Programas Sociais - COAPS
16	Identificar para Incluir	Iniciativa para identificação civil biométrica da população carcerária e de rua.	2024	ODS 16	Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal	Coord. Programas Sociais - COAPS
17	Justiça Restaurativa - permanente	Aplicação de métodos autocompositivos e círculos de construção de paz para solução de conflitos.	2017	ODS 16	Fomentar a Mediação e Reduzir Litígios	Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa - NUJURIS
18	Conciliar é Legal	Campanha permanente para solução consensual de conflitos.	2021	ODS 16	Fomentar a Mediação e Reduzir Litígios	Núcleo Permanente de Métodos Concensuais de

						Soluções de Conflitos - NUPEMEC
19	Projeto Arte do Ser	Promover ambiente de acolhimento, lazer e educação para infantes abrigados.	2022	ODS 11	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Infância e Juventude - COINJ
20	Jardim das Margaridas	Fortalecimento das ações realizadas pelo Educandário Santa Margarida.	2022	ODS 1, 4	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Infância e Juventude - COINJ
21	Fortalecendo Vidas	Inclusão de jovens no mercado de trabalho residentes em bairros marginalizados.	2022	ODS 8	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Infância e Juventude - COINJ
22	Programa Justiça Comunitária	Mediação e resolução pacífica de conflitos por meio de agentes comunitários.	2021	ODS 16	Garantir Direitos aos Jurisdicionados	Coord. Programas Sociais - COAPS
23	Poder Judiciário de Portas Abertas	Projeto focado na acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência (PCDs).	2025	ODS 10 e 16	Fortalecer Relações Institucionais	Secretaria de Governança - SEGOV
24	Eproc	Implantação e gestão do novo sistema de processo judicial eletrônico.	2023	ODS 16, 9	Garantir Celeridade e Efetividade nos julgamentos	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
25	Projeto ADA	Assistente Digital Ampliada baseada em IA para otimizar o atendimento.	2024	ODS 9	Fortalecer a Gestão de TIC	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
26	Projeto Cronos	Sistema de monitoramento de fluxo processual para gestão do tempo.	2024	ODS 16	Estabelecer Rotinas de Boas Práticas	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
27	Plataforma de BI	Implementação de Business Intelligence para análise de dados e suporte à decisão.	2025	ODS 16	Aprimorar a Governança Judiciária	Secretaria de Governança - SEGOV
28	Linguagem Simples	Simplificação da linguagem em documentos judiciais e administrativos.	2025	ODS 16	Reestruturar a Política de Comunicação institucional	Secretaria de Comunicação - SECOM
29	Modernização de TIC	Atualização do parque tecnológico (hardware e rede) para transformação digital.	2023	ODS 9	Fortalecer a Gestão de TIC	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
30	Fortalecimento da Segurança Institucional	Melhoria de equipamentos, controle de acesso e inteligência para proteção.	2025	ODS 16	Assegurar Infraestrutura Adequada	Gabinete de Segurança Institucional - GSITJ
31	Rede de Comunicadores	Integração de servidores para capilarizar a comunicação interna e externa.	2026	ODS 16	Reestruturar a Política de Comunicação institucional	Secretaria de Comunicação - SECOM
32	Gestão de Riscos	Implementação da política e metodologia de gestão de riscos em processos críticos.	2025	ODS 16	Aprimorar a Governança Judiciária	Secretaria de Governança - SEGOV
33	Gestão de Processos	Mapeamento e otimização de fluxos de trabalho (BPM) para maior eficiência.	2025	ODS 16	Estabelecer Rotinas de Boas Práticas	Secretaria de Governança - SEGOV
34	Portal de Intranet	Novo portal de comunicação e serviços para o público interno.	2025	ODS 16	Reestruturar a Política de Comunicação institucional	Secretaria de Comunicação - SECOM
35	PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação: instrumento de gestão.	2024	ODS 9	Fortalecer a Gestão de TIC	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
36	iGovTIC-JUD (Res. 370)	Ações para elevar o nível de maturidade em governança de TI (CNJ).	2021	ODS 16	Fortalecer a Gestão de TIC	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
37	Módulo SEI Julgar	Módulo no SEI para julgamento eletrônico de processos administrativos.	2025	ODS 16	Estabelecer Rotinas de Boas Práticas	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
38	Fábrica de Software (IA)	Desenvolvimento ágil de soluções com uso de Inteligência Artificial.	2024	ODS 9	Fortalecer a Gestão de TIC	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
39	Gestão da Memória e Arquivo	Preservação do patrimônio histórico e documental do Judiciário.	2022	ODS 11	Assegurar o acesso à justiça por meio da inclusão e acessibilidade digital universal	Coordenadoria Gestão Memória - COGMA

40	Descarte de Equipamentos	Processo ambientalmente correto de descarte de bens inservíveis.	2021	ODS 12	Promover políticas e práticas de sustentabilidade ambiental	secretaria de logística - SELGA
41	Prog. de Residência Tecnológica	Realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica via residência.	2024	ODS 9	Fortalecer a Gestão de TIC	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
42	Sala Segura do TJAC	Melhoria e modernização da infraestrutura de TIC.	2023	ODS 9	Fortalecer a Gestão de TIC	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
43	CEPRE	Estruturação da Central de Processamento Eletrônico.	2022	ODS 16	Garantir celeridade e efetividade nos julgamentos processuais	Gabinete Juiz Auxiliar Presidência
44	Modernização Parque Computacional	Modernização do hardware das unidades de Entrada Inicial.	2021	ODS 9	Fortalecer a Gestão de TIC	Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC
45	MEG - Modelo de Excelência em Gestão	Revisão da estrutura física e organizacional para melhor aproveitamento.	2025	ODS 16	Aprimorar a Governança Judiciária	Secretaria Geral
46	Projeto Humanize	Apoiar a aplicação do controle de convencionalidade (Corte IDH).	2025	ODS 16	Aprimorar a Governança Judiciária	Gabinete Juiz Auxiliar Presidência
47	Projeto ÊWA	Política de respeito à maternidade e incentivo à equidade de gênero.	2024	ODS 5	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP
48	Programa Ascender	Incentivo à carreira da magistratura para grupos sub-representados.	2025	ODS 5, 10	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Gabinete Juiz Auxiliar Presidência
49	Coral Cançoneiros da Paz	Coral de servidores e magistrados para cultura e bem-estar.	2022	ODS 3	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial – ASPEC
50	Qualidade de Vida - permanente	Ações voltadas à saúde física, mental e bem-estar no trabalho.	2021	ODS 3	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Coordenadoria de Bem-Estar e Saúde – COBES
51	Trabalho Seguro, Vida Saudável	Práticas laborais e ergonômicas para prevenção de doenças.	2025	ODS 3, 8	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Coordenadoria de Bem-Estar e Saúde – COBES
52	Saúde Mental	Programa de atenção psicossocial para magistrados e servidores.	2025	ODS 3	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Coordenadoria de Bem-Estar e Saúde – COBES
53	Saúde Itinerante	Serviços de atenção à saúde em todas as Comarcas do interior.	2024	ODS 3	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Coordenadoria de Bem-Estar e Saúde – COBES
54	Gestão por Competências	Modelo de RH focado no desenvolvimento de competências.	2024	ODS 8	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP
55	Formação e Inovação Educacional	Ações da ESJUD para capacitação em novas metodologias.	2021	ODS 4	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP
56	Seleção de Estagiários - permanente	Processo seletivo meritocrático para ingresso de estagiários.	2025	ODS 8	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP
57	Concurso de Remoção	Processo transparente para movimentação de servidores.	2025	ODS 16	Capacitar e Valorizar Servidores e colaboradores	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP
58	Prêmio de Qualidade TJAC	Reconhecimento às unidades com melhor desempenho.	2025	ODS 16	Estabelecer Rotinas de Boas Práticas	Gabinete Juiz Auxiliar Presidência
59	LAR - Licença por Resultados	Incentivo em folga ou pecúnia por alcance de metas.	2025	ODS 16	Estabelecer Rotinas de Boas Práticas	Secretaria de Governança - SEGOV
60	Plantando o Futuro - permanente	Ações de reflorestamento e compensação de carbono.	2025	ODS 13, 15	Promover Políticas de Sustentabilidade	Coordenadoria de Sustentabilidade - COSUS

61	Energia Fotovoltaica	Instalação de usinas solares em prédios do judiciário.	2022	ODS 7	Promover Políticas de Sustentabilidade	Secretaria de Governança - SEGOV
62	Plano de Descarbonização	Objetivo de zerar as emissões de carbono até 2030.	2024	ODS 12	Promover Políticas de Sustentabilidade	Coordenadoria de Sustentabilidade - COSUS
63	Plano de Logística Sustentável	Promover sustentabilidade ambiental, econômica e social.	2021	ODS 12	Promover Políticas de Sustentabilidade	Coordenadoria de Sustentabilidade - COSUS
64	Projeto Zerou Papel	Digitalização de acervos e fluxos 100% digitais.	2025	ODS 12	Promover Políticas de Sustentabilidade	Secretaria Geral
65	Prêmio TJAC Sustentável	Premiar boas práticas de proteção ambiental.	2023	ODS 12	Promover Políticas de Sustentabilidade	Coordenadoria de Sustentabilidade - COSUS
66	PAFO - Sist. de Custos	Fortalecimento Orçamentário para autonomia e eficiência.	2021	ODS 16	Otimizar Recursos Orçamentários	Secretaria de Orçamento e Finanças - SEGOF
67	Captação de Recursos Externos	Captação via emendas parlamentares e convênios.	2022	ODS 17	Ampliar e Diversificar Fontes de Recursos	Secretaria de Governança - SEGOV
68	Construção do Fórum Cível	Construção do Terceiro Bloco da Cidade da Justiça de Rio Branco.	2025	ODS 9	Assegurar infraestrutura adequada	Secretaria de Infraestrutura - SEINF
69	Elaboração Plano Estratégico 2027-2032	Projeto visa o desenvolvimento dos trabalhos para revisão da estratégia do Poder Judiciário Acreano para os próximos seis anos, com alinhamento a estratégia nacional.	2026	ODS 16	Aprimorar a Governança Judiciária;	Secretaria de Governança - SEGOV
70	Repositório Arquivístico RDC-Arq com a preservação do DJE e Processos do SEI.	Implementar um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) integrado ao Diário da Justiça Eletrônico (DJE) e ao Sistema Eletrônico de Documentos (SEI) do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC).	2025	ODS 9	Aprimorar a Governança Judiciária;	Coordenadoria Gestão Memória - COGMA
71	Construção Comarca de Mâncio Lima	Construção do novo Fórum visando proporcionar um ambiente adequado a prestação jurisdicional	2026	ODS 9	Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à capital.	Secretaria de Infraestrutura - SEINF
72	Construção Comarca de Porto Acre - Vila do Inca	Construção do novo Fórum visando proporcionar um ambiente adequado a prestação jurisdicional	2026	ODS 9	Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à capital.	Secretaria de Infraestrutura - SEINF
73	Construção Comarca Rodrigues Alves	Construção do novo Fórum visando proporcionar um ambiente adequado a prestação jurisdicional	2026	ODS 9	Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à capital.	Secretaria de Infraestrutura - SEINF
74	Construção Comarca Santa Rosa	Construção do novo Fórum digital visando proporcionar um ambiente adequado a prestação jurisdicional	2026	ODS 9	Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à capital.	Secretaria de Infraestrutura - SEINF
75	Construção prédio das Secretarias (Anexo III)	Construção do Prédio das secretarias visando a adequada acomodação dos setores administrativos do TJ que hoje compartilham espaço com a área jurisdicional.	2025	ODS 9	Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à capital.	Secretaria de Infraestrutura - SEINF
76	Programa MOVA	Programa de Movimentação, Orientação, Acolhimento e Acompanhamento – Programa MOVA que visa promover a gestão da movimentação administrativa ordinária de servidores efetivos postos à disposição da Administração Superior, a movimentação funcional de servidores amparada por normativas de saúde e de prevenção e enfrentamento ao assédio, a gestão, o controle e o acompanhamento institucional dos servidores cedidos ou postos à disposição de outros órgãos.	2026	ODS 3	Capacitar e Valorizar / Otimizar Recursos	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP

O Portfólio de Projetos Estratégicos pode ser acessado no endereço:  
<https://www.tjac.jus.br/transparencia/portifolio-de-projetos/>

## 13. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando que o Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Acre foi instituído com a finalidade de acompanhar a execução do Planejamento Estratégico deste sexênio (2021-2026), e ainda, realizar sua revisão, orientando as iniciativas com fulcro nas políticas e estratégias institucionais de longo prazo.

Caberá ao Comitê o monitoramento deste Plano, por meio da produção de informações e conhecimentos no intuito de aperfeiçoar a implementação dos projetos e ações do TJAC, ampliando a quantidade e a qualidade dos serviços prestados à sociedade, para tanto, contará com a SEGOV e o NUEGE para assessorá-lo. A COGER exercerá suas atribuições institucionais no intuito de resguardar e assegurar a boa execução do PE.

O monitoramento deste PE incidirá sobre os resultados e seus objetivos, metas e indicadores, bem como as variáveis econômicas que embasaram sua elaboração, por macro-desafios identificados.

Conforme a Resolução TJAC nº 180/2013, a COGER detém atribuições que reforçam e fortalecem o monitoramento do PE, são elas:

- Orientar, supervisionar e fiscalizar os serviços forenses realizados por magistrados e servidores das unidades judiciárias do 1º grau;
- Expedir normas para o bom funcionamento dos serviços judiciários e extrajudiciais cuja fiscalização lhe compete.
- Ainda conforme a Resolução TJAC nº 180/2013, compete à SEGOV:
- Orientar e acompanhar as atividades de gestão estratégica executadas nas Diretorias Regionais.

Com tal propósito, a Diretoria de Gestão Estratégica ficará responsável por:

- Coordenar os processos e consolidar as informações de monitoramento e avaliação do PE, em articulação com as demais Unidades do TJAC;
- Disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para o monitoramento e a avaliação do PE 2021-2026;
- Contribuir com os procedimentos de elaboração dos planos operacionais.

A estratégia de monitoramento e avaliação do PE está centrada no alcance das prioridades estabelecidas no Plano Estratégico, e deve acompanhar a execução de cada meta, tendo, portanto, flexibilidade para se adequar às suas especificidades, respeitando a forma de organização e a disponibilidade de informações em cada caso.

Os resultados esperados estruturam o PE 2021-2016 e orientarão o processo de formatação do orçamento anual, o qual será refletido na LOA (Lei Orçamentária Anual). Cada Resultado possui objetivo, meta, indicadores e ações, traduzidas em projetos prioritários que, no seu conjunto, expressam o que será feito, e em que intensidade, o que efetivará planos operacionais.

Assim, se constituirão em atividades periódicas do monitoramento do Plano Estratégico, a partir dos dados disponibilizados pelas várias unidades do TJAC:

- Apuração dos indicadores correspondentes aos Macrodesafios/Resultados do PE;
- Análise situacional das metas físicas dos projetos/atividades, necessários para execução do PE;
- Elaboração de Relatório de Avaliação dos Resultados, incluindo análise situacional, registro quantitativo e levantamento de providências para o alcance das metas estipuladas no PE, o que será realizado com assessoria do NUEGE, e supervisão da COGER, quando couber.

É importante evidenciar que as informações relevantes à implementação dos programas e projetos prioritários, agendas transversais e ações voltadas para públicos específicos. Também é propósito do monitoramento captar subsídios para orientar a revisão do Plano Estratégico. Esse esforço serve ainda, para fortalecer a capacidade institucional para realizar planejamento, monitoramento e avaliação do seu trabalho.

ANEXO 1

Print das Reuniões e Oficinas realizadas para elaboração do PE 2021-2026



03/02 – Reunião com Diretores



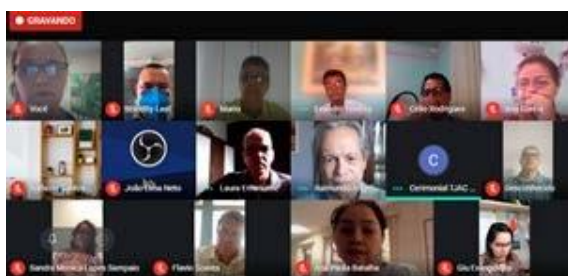
09/03 – Oficina com Gerentes



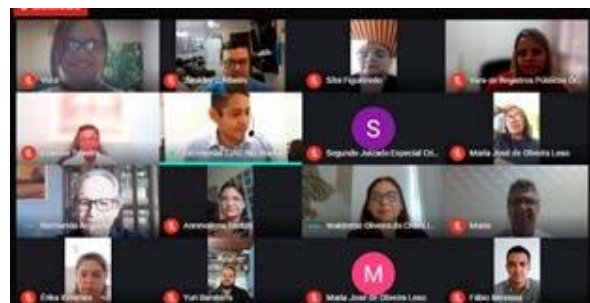
18/03 – Reunião com Magistrados



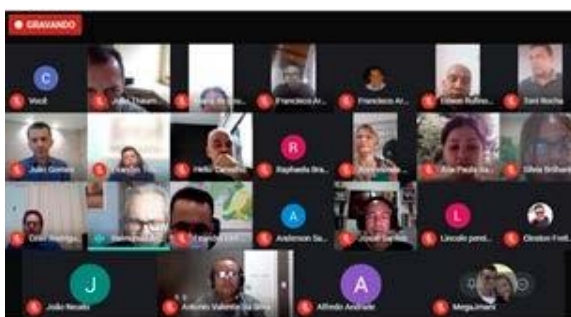
19/03 – Reunião com representantes de Sindicatos



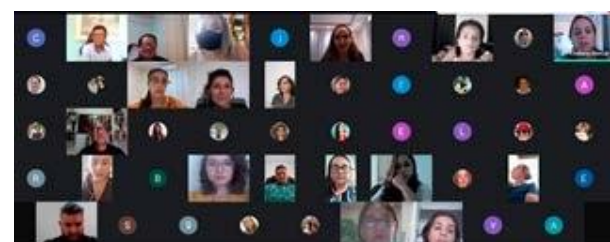
22/03 – Reunião com Gerentes



25/03 – Oficina com Diretores de Secretaria



30/03 – Oficina com Supervisores Administrativos Grau



31/03 – Reunião com Assessores Judiciários 1º



16/04 – Reunião com a Sociedade Civil



20/04 – Reunião com Operadores do Direito



23/04 – Reunião com Desembargadores



27/04 – Reunião com Juízes

## ANEXO 2

# PROGRAMAÇÃO DAS OFICINAS E REUNIÕES PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE 2021-2026

## OBJETIVO

### **Geral:**

Atender a metodologia participativa de elaboração do Planejamento Estratégico (PE).

### **Específicos:**

Conhecer as percepções sociais da sociedade referentes ao TJ Acre;

Contribuir com o processo de construção do cenário da Instituição;

Colher propostas e sugestões que poderão ser incorporadas ao PE.

## PROGRAMAÇÃO

Formato: virtual

### 1º MOMENTO - Socialização da proposta e do conceito de trabalho

Abertura e objetivo da reunião Apresentação do conceito de trabalho (10 min.)

### 2º MOMENTO – Apresentação dos participantes

Participantes anunciam nomes e entidades que representam (10 min.)

### 3º MOMENTO – Discussão coletiva

A discussão se dá a partir de perguntas orientadoras abertas, de caráter livre, cada participante poderá responder via chat ou de forma oral (3 min. por participante):

Qual a imagem temos hoje do TJ Acre? (Problemas e vantagens identificados na relação entre a sociedade e o TJAC)

Quais propostas podem fortalecer a atuação institucional do TJAC?

(40 min.)

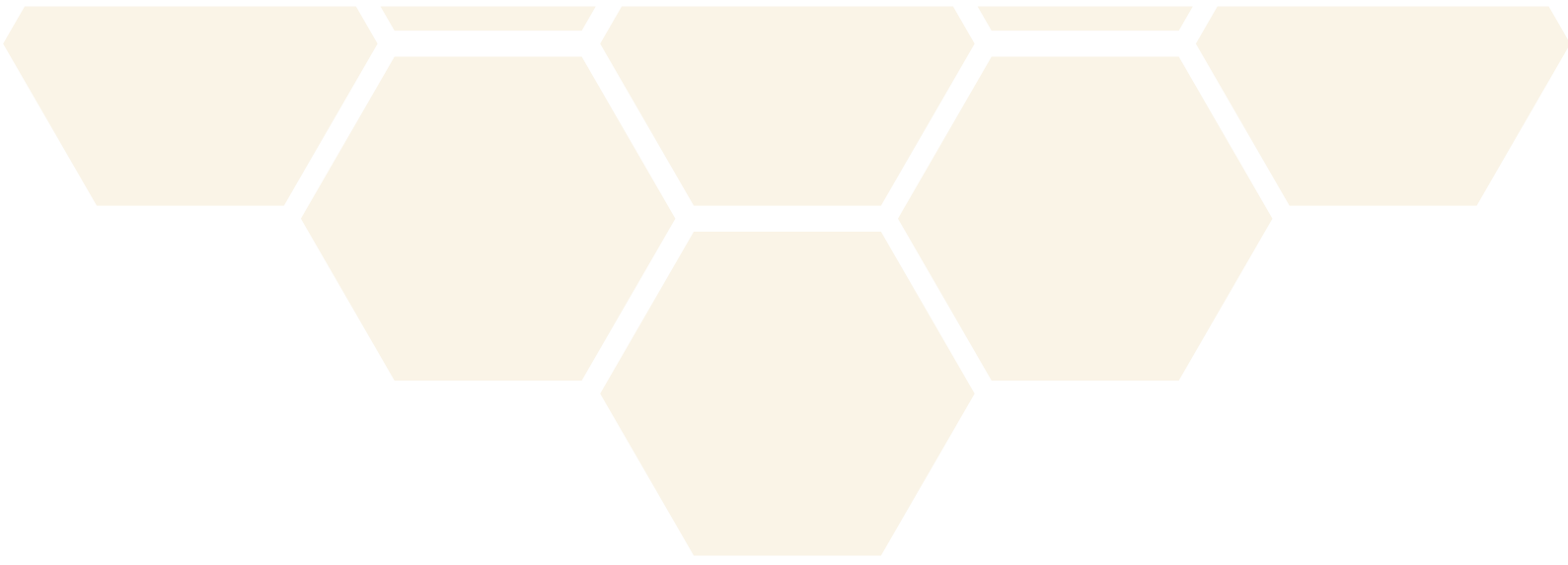
<sup>1</sup> As perguntas orientadoras eram alteradas, em alguma medida, conforme o público participante.

**4º MOMENTO – Socialização dos resultados e encerramento**

Apresentação final do quadro síntese da conversa.  
(10 min.)

**ENCERRAMENTO**

Encerramento (5 min.)





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE



[www.tjac.jus.br](http://www.tjac.jus.br)